



Deslizamento ocorrido em janeiro (ao lado), ainda sem sinalização, pedestres em risco por falta de acostamento (em cima) e moradores da região assustados com a onda de acidentes na Estrada da Jacuba.



ma medida teria que ser tomada no município de Areal e a proibição da passagem teria que ser feita por meio de decreto do prefeito.

A preocupação com o estado da via chegou ao padre da paróquia da Posse, que, no próximo dia 31, durante a procissão do bairro Nossa Senhora de Fátima, fará um pedido de socorro pela comunidade.

Responsabilidade

O grande número de acidentes na Estrada da Jacuba também levanta outro questionamento: os muros de proteção da pista estão sendo destruídos pelas batidas e quem seria o responsável pelo reparo? A própria Pre-

feitura reconhece a indefinição sobre a responsabilidade da estrada. Segundo nota enviada pela Coordenadoria de Comunicação, a Prefeitura diz ser a maior interessada na municipalização da estrada, mas ressalta que a União deve se responsabilizar pela execução de um plano de recuperação da via antes de repassá-la oficialmente ao controle do município.

A Prefeitura informou ainda que acionou o Ministério Público para obrigar o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) a assumir a manutenção da estrada enquanto a municipalização não acontece. Em janeiro passado, como consequência das

chuvas de verão e dos deslizamentos ocorridos ao longo da rodovia, a Prefeitura voltou a solicitar ao DNIT que promovesse os reparos necessários na União e Indústria, mas nada foi feito.

O DNIT por sua vez, afirma que a Estrada União e Indústria não pertence ao Plano Nacional de Viação (PNV) e, por isso, não teria condições de alocar recursos federais para a manutenção da via. Questionado sobre quando a estrada teria deixado de ser de responsabilidade do governo Federal, o engenheiro do DNIT, Muriel Coutinho disse: "Não sei dizer quando deixou de ser federal e não sei responder de quem é a responsa-

bilidade da estrada".

O superintendente do DNIT, no estado do Rio, Rodrigo Costa, informou que a União e Indústria deixou de pertencer ao PNV quando a BR-040 foi construída: "Como a União e Indústria atende mais às prefeituras, o município de Levy Gasparian recebeu equipamentos e a sede do antigo DNER para, em parceria com os outros municípios, fazer a manutenção da estrada". Segundo ele, este é um problema político que deve ser resolvido, devolvendo a via ao DNIT ou ficando sob a responsabilidade do estado. "Como a estrada corta vários municípios, deveria ser administrada pelo estado".

TRÂNSITO

Além da estrada não suportar o trânsito pesado, a passagem de caminhões e carretas pela União e Indústria causa outro problema. Sem largura suficiente para executar as manobras, os motoristas são obrigados a trafegar muitas vezes na contramão, principalmente nas curvas, o que aumenta o risco de acidentes.

Segundo o Setranspetro, só este ano, a estrada já passou por várias interdições parciais e, por duas vezes, foi completamente interditada, por causa de deslizamentos e acidentes. A saída encontrada pela Transportadora Autobus é mudar o itinerário para a BR-040, o que aumenta o tempo da viagem. Ainda assim, a Setranspetro esclarece que apenas os moradores do final do distrito são atendidos, os demais precisam utilizar formas alternativas para garantir o seu deslocamento. Tal condição, segundo a empresa, isola a população do bairro e impede que esta se desloque para receber os serviços essenciais como escola e saúde e se locomover para o trabalho.

Com a interdição da estrada, os moradores de Pedro do Rio e Barra Mansa também têm o serviço parcialmente prejudicado com a redução do número de veículos que foram desviados para a BR-040.